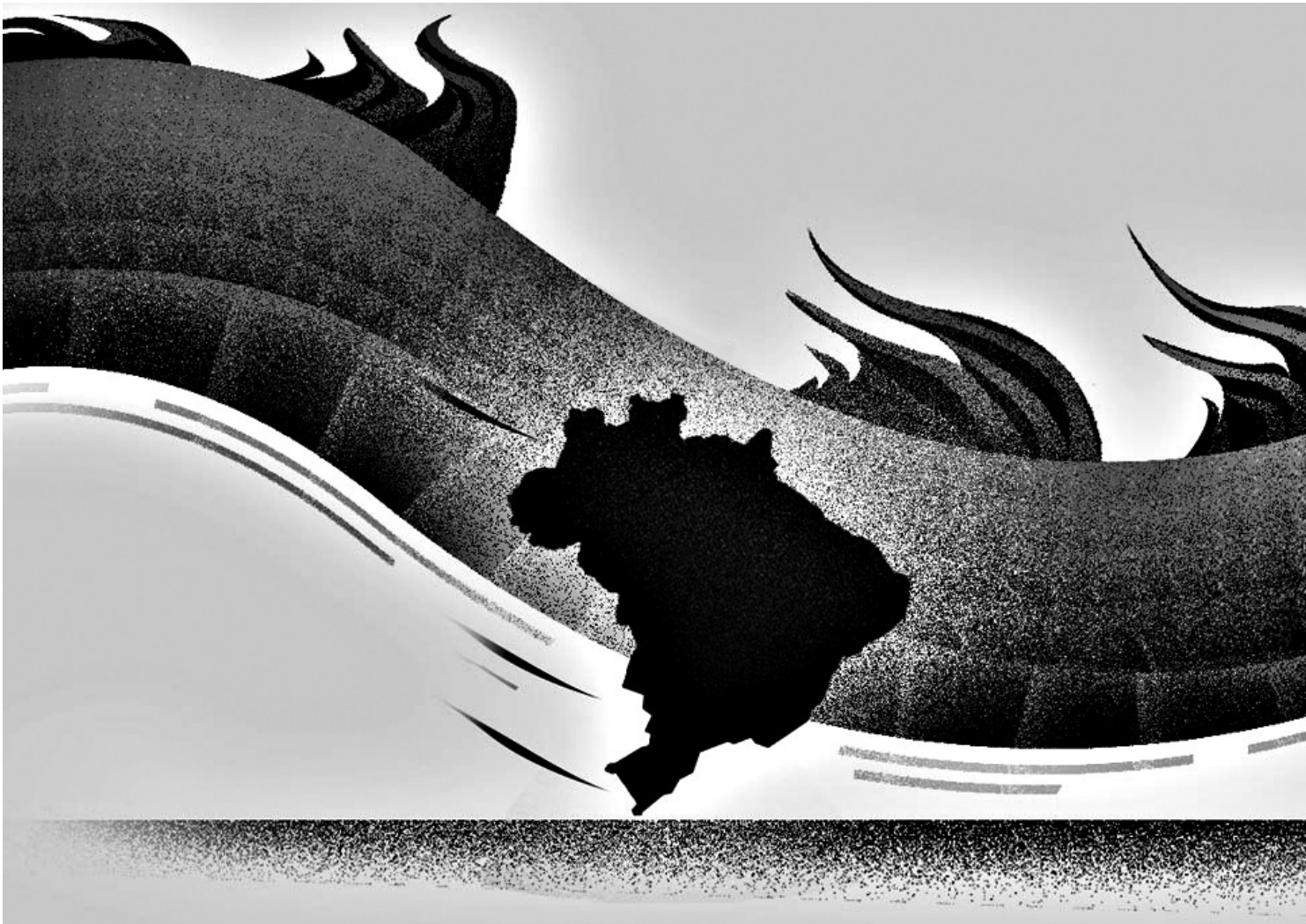


O gigante asiático

» SACHA CALMON
Advogado



Ásia reassume a relevância de três séculos atrás. É importante termos informações do cenário internacional, mormente de nossos parceiros comerciais. No particular a China vem em primeiro lugar. E como está a segunda potência econômica da terra? Paulo Gala, economista-chefe do Banco Master de Investimento, graduado em economia pela FEA USP, é mestre e doutor em economia pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, instituição em que leciona desde 2002 e na qual foi coordenador do Mestrado Profissional em Economia e Finanças entre 2008 e 2010. Pois bem, vejamos o que ele nos diz: “O modelo chinês de crescimento seguiu a estratégia de sucesso do Japão do pós-guerra, da Coreia do Sul e de Taiwan dos anos 70 e 80, e da Malásia, da Indonésia e da Tailândia nos 90: exportações de manufaturas para a economia mundial. Transferência de trabalhadores do campo para o setor industrial com ampla ajuda e interferência do governo”.

Foi um modelo de estrondoso sucesso no sentido de criar complexidade tecnológica, capacidades locais de produção, aumentos de produtividade e crescimento sustentado de renda per capita. A China passou para o grupo de economias sofisticadas do mundo em termos tecnológicos e se tornou a segunda maior economia do planeta.

A China tem conseguido prolongar seu processo de crescimento apesar das dificuldades da pandemia, da inflação mundial e da alavancagem de seu mercado imobiliário. Os

últimos dados de crescimento mostram que ainda é o investimento agregado que puxa a demanda chinesa. As exportações têm contribuído mais fraca na margem, e o consumo cresce a taxas bem menores.

Claro que o governo chinês poderá continuar com sua estratégia de ondas de estímulos. Mas o modelo de crescimento chinês já não será capaz de gerar taxas tão elevadas como no passado. Hoje, com uma economia de US\$ 15 trilhões, não será fácil colocar o montante de estímulos necessários para crescer a taxas elevadas.

Os lockdowns ligados aos casos de covid-19 e a superalavancagem do mercado de construções e residências dificultam o cenário de crescimento chinês. As elevadas taxas de crescimento do passado dificilmente se repetirão no futuro. O caso chinês é um extremo produzido por crédito direcionado e fortíssima intervenção estatal no sentido de criar infraestrutura (portos, rodovias, ferrovias e aeroportos), capacidade de produção industrial e construções residenciais e comerciais.

Representando menos 50% do PIB, o consumidor chinês ainda não é capaz de manter a economia crescendo a 7% ao ano. Se o setor de construção civil parar e o governo interromper os investimentos em infraestrutura, o crescimento chinês cairá rapidamente abaixo dos 4%. As elevadas taxas de crescimento do passado dificilmente se repetirão no futuro, mas a China nos garante seja como consumidora de bens alimentícios seja como investidora em nossa economia.

O que não se entende é a animosidade do presidente do Brasil em relação à China. Não faz sentido! Colocar-se como ideólogo num mundo que mudou muito desde 1950, sem que muita gente se dê conta, não se aplica aos líderes das mais de 200 nações hoje existentes.

A diplomacia econômica deve preocupar-se com as trocas internacionais sem ideologia (não está acontecendo isso!). O Itamaraty parece ter se apagado no governo de Bolsonaro ou ter sido paralisado por ele. O fato é que a diplomacia do Brasil sumiu em prejuízo de nós mesmos, ou melhor, do povo brasileiro. Mas a diplomacia é importante demais e teremos que reativá-la para que funcione, sem adotar ideologias, algo cada vez mais anacrônico!

O mundo moderno está aí. A Europa quis seguir a política americana e se deu mal. Os governos de esquerda extrema se danaram. É só ver Coreia do Norte e Cuba! Os de extrema direita como o de Orban na Hungria, também se isolaram!

Fato é que precisamos retomar o curso diplomático em busca de satisfazer o nosso papel no mundo, por imposição da modernização da economia mundial. Algo, porém, precisa ser dito. É que o Brasil além de ser pouco industrializado, notadamente por não ter ingressado nas tecnologias de ponta, tornou-se uma potência no agronegócio, onde precisará de investimentos. A área exige mais industrialização, ante a insensibilidade do governo Bolsonaro a uma visão absentista, com a retirada do governo de áreas essenciais.

Multa de R\$ 3,51 torna o voto obrigatório?

» JULIANO COSTA COUTO
Advogado, mestre em direito constitucional, presidente da OAB/DF 2016/2018

O voto no Brasil sempre foi obrigatório, seguindo a tradição dos demais países da América Latina. Mas será mesmo que o voto no Brasil é obrigatório para os maiores de 18 anos e menores de 70 como prevê o art. 14 da CF/88? A obrigatoriedade do voto vem atrelada à ideia de dar legitimidade ao resultado das eleições, garantindo-se a maior participação possível do eleitorado. O sistema eleitoral brasileiro, que adota o segundo turno nas eleições para o Executivo, tem o claro intuito de garantir representatividade ao eleito.

Em análise acurada, a obrigatoriedade do voto refere-se ao ato de comparecimento à urna no dia da eleição e não à escolha do candidato, que é livre. O eleitor pode, inclusive, não votar, votando em branco ou nulo. A partir do raciocínio de que o voto é obrigatório, qual é a sanção para quem deixa de cumprir seu dever? Nos termos do art. 142 da Resolução 23.669/2021 do Tribunal Superior Eleitoral, o cidadão pode não comparecer à urna e, mesmo assim, não sofrer nenhum tipo de punição. Basta que o eleitor justifique seu voto no dia da eleição, até mesmo por meio de aplicativo e-título, ou em até 60 dias após sua realização.

Diante disso, vemos que o aspecto da obrigatoriedade do voto fica combalido, visto que o cidadão pode adotar conduta contrária ao anseio da norma e, caso justifique sua ausência, não sofrerá nenhum tipo de penalidade.

Caso o cidadão não vote no dia das eleições e não proceda com a justificativa, as penalidades previstas na norma são as proibições de: ter acesso a cargo ou função pública; receber vencimentos de função ou emprego público; participar de concorrência pública; obter empréstimos nas autarquias, sociedades de economia mista; tirar passaporte ou carteira de identidade; renovar matrícula em estabelecimento de ensino oficial ou fiscalizado pelo governo.

As penalidades previstas, quando analisadas friamente, só alcançam com mais eficácia os servidores públicos, pelo fato de poder ensejar a suspensão do pagamento de seus vencimentos e não são capazes de afetar a grande maioria dos eleitores, mais ainda os de baixa renda. O direito nos ensina que as penalidades impostas pelo não cumprimento é o que torna uma conduta obrigatória. Caso o eleitor que não tenha votado nem justificado sua ausência queira se afastar das punições anteriormente previstas, basta que acesse o site do TSE ou compareça ao juízo eleitoral e solicite sua quitação eleitoral, que será expedida mediante o pagamento de multa que, hoje, varia entre R\$ 1,05 e R\$ 3,51, valores absolutamente incapazes de gerar qualquer tipo de compulsoriedade na conduta de ir votar.

Não obstante isso, e até mesmo por lealdade intelectual, é fato que, na cabeça dos cidadãos, o voto é obrigatório. Tal consequência

é resultado da tradição brasileira, em que tal instituto sempre foi tratado como obrigatório pelas Constituições. O ponto que aqui se desejou defender foi o de que, com penalidade financeira ínfima e simbólica, temos que a sanção advinda do não exercício do dever de voto é irrisória e, também por conta disso, retira a verdadeira obrigatoriedade da conduta.

As abstenções vêm aumentando desde as eleições de 1989, quando foi de 11,9% e 14,4% no primeiro e segundo turno, respectivamente. Nas eleições de 2020, a abstenção foi de 23,15%. Tais dados demonstram que o povo talvez esteja desenvolvendo a ciência de que o dever de votar não é tão obrigatório assim, não tendo maiores problemas em caso de não comparecimento às urnas, como vem ocorrendo cada vez mais com mais contundência.

Ao final, obrigatório ou não, é importante que registremos que o mais importante é assegurar ao sistema eleitoral a verdadeira autenticidade do voto, de forma que o cidadão forme sua convicção de forma livre e consciente, sem influência das tão presentes fake news ou qualquer tipo de pressão ou manipulação. Poder exercer o direito-dever de sufrágio com plena liberdade, agindo como um governante absoluto de seu voto e dando sua contribuição para a democracia brasileira é ato cívico ou, caso não queira comparecer à urna nem justificar a ausência, se submeta à “dolorosa” multa de R\$ 3,51, o que transforma o voto quase em facultativo.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Soma igual a zero

Se as eleições de hoje estão, de fato, por ser sacramentadas pela parcela da população que, até a undécima hora, não decidiu seu voto, ou pelo menos não externou publicamente sua opção, o que temos é bem significativo para afirmarmos, com todas as letras, que nenhum instituto de pesquisa de opinião sabe, ao certo, quem será o chefe do Executivo nem se haverá segundo turno.

Caso se confirme a teoria de que a indecisão coletiva é o fator determinante para a escolha de um candidato, ou a realização de mais de um turno, fica subentendido, entre outras premissas, que nenhum dos dois principais pleiteantes é do agrado da população. Estamos imersos, então, numa espécie de incerteza de Heisenberg, um dos pilares da física quântica.

Quando se conhece a posição aproximada de um candidato, medido por um determinado instituto de pesquisa, e simultaneamente outro instituto mostra uma posição totalmente diferente, sendo impossível avaliar, com precisão, qual a real posição de cada um nessa disputa.

A incerteza sobre um possível vencedor, pelo menos ao cargo de presidente, abre também uma possibilidade física para que ele seja qualquer um dos que estão nessa disputa, inclusive o próprio padre Kelmon. Lembrem-se que, em outros tempos, candidatos totalmente fora de propósito e de razoabilidade se sagraram vencedores em pleitos em que a população fez questão de externar sua contrariedade com a qualidade dos políticos em disputa.

Dessa forma animais como o cavalo Invictus, o burro, Boston Curtis, o macaco Tião, o cachorro e até um rinoceronte de nome Cacareco obtiveram significativo número de votos, numa demonstração de que o eleitor não sabe e parece não querer saber de eleições, ainda mais quando o pleito é marcado pelo baixo nível dos candidatos e de propostas.

Eleição é coisa séria e, portanto, deveria ser disputada apenas por indivíduos de igual índole. Aqui, e mais uma vez, caímos de volta na seara da ética pública, de onde deveriam partir os candidatos severamente aprovados pelo pente fino da Ficha Limpa. Na ausência desse requisito básico, destruído por vontade expressa dos políticos com assento no Congresso, o que temos leva uma boa parcela da população a decidir em quem votar contrariada e obrigada, apenas em cima do laço, quando as esperanças se transformam em conformismo.

De qualquer forma, a sorte e o azar estão lançados, pelos próximos quatro anos. O mais cruel em todo esse movimento em torno das próximas eleições é trazido pelo fato de que os candidatos que estão em disputa, bem ou mal, representam a cara da nação. Não há necessidade de ser nenhum estudioso em antropologia ou sociologia para certificar que estamos representados por indivíduos que carregam nossos defeitos e virtudes e que, para o bem ou para o mal, conduzirão a nação no próximo quadriênio. São nossos vícios e virtudes que estão em disputa. Qualidades e defeitos de uma soma igual a zero.

» A frase que foi pronunciada

“Não é a votação que é democracia; é a contagem.”

Sir Tom Stoppard, dramaturgo e roteirista britânico nascido na República Tcheca

Progresso

» Com mais estradas transitáveis, a 29ª Agrinordeste terá uma ampliação na área de 50%, e vai durar quatro dias, de 1º a 4 de novembro, em Pernambuco. Quem comemora o avanço é o presidente da Federação de Agricultura e Pecuária de Pernambuco, Pio Guerra.

US

» Ainda repercute a frase de Thomas Shannon, que foi embaixador dos Estados Unidos em Brasília. O diplomata declarou que o seu país gostaria de ter o Brasil mais engajado nas parcerias e espera que isso aconteça depois das eleições.

Made in Japan

» Só até hoje o brasileiro terá oportunidade de aproveitar a culinária japonesa no Pavilhão de Exposições do Parque da Cidade. Organizados como sempre, a logística e o carinho em atender, além da qualidade do serviço são o que mais atrai a população.

Local do voto

» Mal sabia o candidato ao governo de São Paulo, Tarcísio de Freitas, que quando se esqueceu onde votaria caiu na graça de todos. É bom que você e sua família vejam com antecedência o local de votação. A maior parte dos tribunais regionais eleitorais alertam para as alterações feitas nos locais de votação, lembrando que cada um deve conferir o local no portal do TSE.

» História de Brasília

A torre que encobre, presentemente, o Cruzeiro, foi levantada pelo Conselho Nacional de Geografia, sem autorização da Novacap nem da Prefeitura, e se destina à medição angular ao longo do meridiano 48, que passa em cima de Brasília. Durará mais uma semana, ainda. (Publicada em 10/3/1962)